

Caracterização dos projetos de pesquisa científica e dos pesquisadores apoiados pela Chamada Pública voltada à Prevenção e ao Combate ao vírus Zika

Characterization of scientific research projects and researchers supported by the Public Call for the Prevention and Combat of Zika Virus

DOI:10.34117/bjdv7n7-483

Recebimento dos originais: 07/06/2021

Aceitação para publicação: 22/07/2021

Kelly Rocha de Queiroz

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde

Rua Ramiro Barcelos, 2600-Prédio Anexo – Santa Cecília, Porto Alegre/RS, 90035-003
quelequeiroz@gmail.com

Luciana Calabro

Professora Doutora do Instituto de Ciências Básicas da Saúde
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Rua Ramiro Barcelos, 2600-Prédio Anexo – Santa Cecília, Porto Alegre/RS, 90035-003
luciana.calabro@ufrgs.br

RESUMO

Este estudo visa apresentar a caracterização dos projetos de pesquisa científica e dos pesquisadores apoiados no âmbito da Chamada Pública voltada à Prevenção e ao Combate ao vírus Zika. A partir da base de dados do Ministério da Educação, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e do Instituto Nacional de Propriedade Industrial, efetuou-se uma análise descritiva que constatou que os projetos estão sendo desenvolvidos por pesquisadores de reconhecida notabilidade e produtividade, em instituições nacionais de renome e em áreas do conhecimento diversificadas. Os resultados indicam um possível êxito da chamada pública, entretanto há uma assimetria regional relacionada ao financiamento das pesquisas. Espera-se que o presente trabalho proporcione um maior conhecimento acerca das pesquisas de forma a estimular uma política científica de investimento voltada à prevenção de outras doenças e epidemias.

Palavras-chave: Chamada Pública, Pesquisas Científicas, Vírus Zika.

ABSTRACT

This study aims to present the characterization of scientific research projects and researchers supported by the Public Call for the Prevention and Combat of Zika virus. From the database of Ministry of Education, the Brazilian Agency for Support and Evaluation of Graduate Education, the National Council for Technological and Scientific Development and the National Institute of Industrial Propriety, a descriptive analysis was carried out that found that the projects are being developed by researchers of renowned national institutions and in diverse knowledge areas. The results indicate a possible

success of the public call, however there is a regional asymmetry related to research funding. It is expected that the present work provides greater knowledge about these researches in order to stimulate a scientific investment policy aimed at preventing other diseases and epidemics.

Keywords: Public Call, Scientific Researches, Zika Virus.

1 INTRODUÇÃO

O vírus Zika é um flavivirus que foi isolado pela primeira vez no ano de 1947 em Uganda, na África. Sua transmissão em seres humanos decorre da picada de mosquitos do gênero *aedes*. No entanto, antes de 2007 menos de 20 casos de infecção em humanos foram constatados e em todos esses as condições clínicas dos pacientes foram consideradas leves. As primeiras suspeitas de uma possível alteração epidemiológica do vírus se originaram a partir dos surtos na Micronésia, em 2007, e na Polinésia Francesa, entre 2013 e 2014 (MUSSO; ALBERT; BAUD, 2019).

Entre os anos 2015 e 2016, o vírus Zika foi identificado como o responsável pelo drástico aumento de casos de microcefalia e outras malformações congênitas em fetos e recém-nascidos, além de outras síndromes neurológicas e motoras em adultos no Brasil. Até então, não havia conhecimento científico acerca de uma possível relação causal entre a infecção pelo vírus e tais consequências. O referido surto levou o Ministério da Saúde brasileiro a declarar a conjuntura como uma Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional e induziu a Organização Mundial de Saúde a decretar a situação como uma emergência global (BRASIL, 2015; GARCIA, 2018).

Com a finalidade de enfrentar a epidemia, em 2016, o Governo Federal lançou o Plano Nacional de Enfretamento ao *Aedes aegypti* e às suas Consequências. Basicamente, o plano foi dividido em três eixos de ação: Mobilização e Combate ao Mosquito, Atendimento às Pessoas e Desenvolvimento Tecnológico, Educação e Pesquisa. A frente de trabalho voltada ao desenvolvimento tecnológico, à educação e à pesquisa previa o financiamento de estudos e de pesquisas científicas visando o diagnóstico do vírus, além do entendimento sobre o comportamento de doenças decorrentes da infecção pelo Zika vírus e suas correlações.

Devido à expertise da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) na promoção do desenvolvimento científico e tecnológico e na formação de recursos humanos de alto nível, as referidas agências de fomento foram convidadas,

juntamente ao Ministério da Saúde, a participar das ações de enfrentamento. Assim, em abril de 2016, a CAPES e o CNPq assinaram um acordo de cooperação técnico-científico que estabelecia o planejamento e o financiamento conjunto de pesquisas científicas. Decidiu-se pela elaboração e lançamento de uma chamada pública visando à seleção e à contratação de projetos (BRASIL, 2017).

Em junho de 2016, houve o lançamento da Chamada Pública MCTIC/FNDCT-CNPq/MEC-CAPES/MS-DECIT n° 14/2016 – Prevenção e Combate ao Vírus Zika. As propostas deveriam ser claramente caracterizadas como projetos de pesquisas científicas, tecnológicas ou de inovação, contemplando, preferencialmente, a formação de recursos humanos e deveriam ser submetidas por pesquisadores de Institutos de Ciência e Tecnologia, ou de empresas públicas, ou por docentes de Instituições de Ensino Superior vinculados a programas de pós-graduação *stricto sensu* (CNPq, 2016).

É importante ressaltar que o processo de seleção das propostas submetidas à chamada pública envolveu cinco etapas: a) análise pelas áreas técnicas da CAPES e do CNPq acerca do atendimento às disposições contidas no edital; b) análise por consultores *ad hoc* quanto ao mérito científico e à relevância das propostas (avaliação por pares); c) análise, julgamento e classificação das propostas por um Comitê Julgador cujos integrantes foram especialistas na área indicados pelo CNPq, com anuência da CAPES e do Ministério da Saúde; d) análise e classificação por um Comitê Julgador que poderia promover ajustes orçamentários nos projetos; e) análise pelas instâncias superiores da CAPES, do Ministério da Saúde e do CNPq para a emissão da decisão final acerca das propostas aprovadas (CNPq, 2016).

Das propostas submetidas à chamada pública, aprovou-se o apoio financeiro a 69 projetos no valor global estimado de R\$ 65.000.000,00 (sessenta e cinco milhões de reais) para ser utilizado em bolsas de estudo e em recursos de custeio e capital. A intenção era que os resultados encontrados pelas pesquisas viessem a colaborar significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico do País, com foco especial na prevenção, diagnóstico e tratamento da infecção pelo vírus Zika, e doenças correlacionadas, e no combate ao mosquito *Aedes aegypti* (CAPES, 2016).

As atividades científicas deveriam ser executadas no prazo de 48 meses (quatro anos), ou seja, entre novembro de 2016 a novembro de 2020, podendo ter a vigência prorrogada por mais 12 meses caso os coordenadores das pesquisas constatassem haver tal necessidade. Além disso, vale mencionar que o acordo de cooperação celebrado entre

as agências estabelecia a necessidade de cinco avaliações com periodicidade anual para o acompanhamento do desenvolvimento das pesquisas (CNPq, 2016).

A literatura científica sugere que emergências de saúde são excelentes catalisadores de geração de conhecimento. A epidemia de infecção pelo vírus Zika é um exemplo oportuno, haja vista que, apesar de haver publicações científicas sobre a temática desde meados do século passado, apenas após o surto epidemiológico brasileiro, houve um aumento relevante na quantidade de publicações científicas acerca do vírus (WALDDELL; GREIG, 2016; OLIVEIRA et al, 2020). Com efeito, tratou-se de um momento em que os investimentos nas áreas de saúde, educação, ciência e tecnologia foram determinantes para a aceleração da produção de conhecimento científico que o enfrentamento da epidemia exigia.

Diante do exposto, o objetivo do presente trabalho é: caracterizar as pesquisas dos projetos financiados pela Chamada Pública MCTIC/FNDCT-CNPq/MEC-CAPES/MS-DECIT n° 14/2016 – Prevenção e Combate ao Vírus Zika segundo o gênero, o cargo institucional, o recebimento de Bolsas de Produtividade em Pesquisa e a produção científica dos coordenadores, bem como as instituições de execução das pesquisas, a característica administrativa dessas instituições, a macrorregião geográfica, a inserção dos projetos nas grandes áreas de avaliação da CAPES e nas áreas do conhecimento e a concessão de bolsas de estudo.

2 METODOLOGIA

Trata-se de um estudo descritivo de abordagem quantitativa que utilizou a base de dados do Ministério da Educação, da CAPES, do CNPq e do Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) com a finalidade de analisar diversas características relacionadas aos projetos de pesquisa, bem como aos seus coordenadores.

O recorte da análise se restringe aos 68 projetos de pesquisa que estavam em andamento nos sistemas da CAPES entre os anos de 2017 a 2020. Cabe ressaltar que embora tenham sido aprovados 69 projetos, um dos pesquisadores decidiu não dar andamento em suas pesquisas.

Os dados relativos à categoria administrativa da instituição executora dos projetos foram consultados mediante Sistema E-MEC do Ministério da Educação. Informações como o nome do coordenador, as instituições executoras, as macrorregiões geográficas, as áreas de avaliação dos projetos, as áreas do conhecimento e a concessão de bolsas de estudo foram extraídos do Sistema de Controle de Bolsas e Auxílios e da Plataforma

Sucupira, ambos sistemas da CAPES. Já as consultas acerca do gênero do coordenador, das bolsas de produtividade em pesquisa dos coordenadores e do vínculo docente dos coordenadores foram realizadas por meio da Plataforma Lattes do CNPq e os dados sobre o depósito de patentes foram coletados do site do INPI.

Com relação à produtividade científica dos coordenadores dos projetos, às orientações de teses e dissertações e às supervisões de estágio pós-doutoral, a análise se restringiu ao ano de 2017, praticamente o início dos projetos, até o ano de 2020. Em fevereiro de 2021, foram coletados os dados e analisados os currículos cadastrados na Plataforma Lattes do CNPq dos 68 coordenadores dos projetos a fim de identificar e quantificar a produção científica dos pesquisadores e suas participações nas orientações discentes. Os dados foram organizados no *software* Excel.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

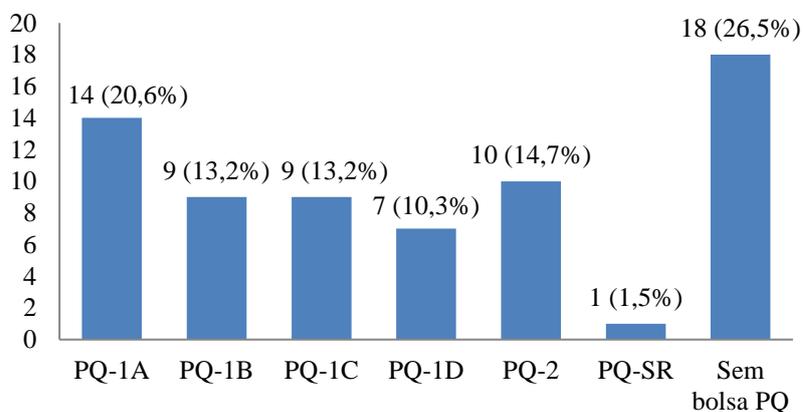
Ao analisar os dados do perfil dos coordenadores dos projetos de pesquisa aprovados no âmbito da Chamada Pública MCTIC/FNDCT-CNPq/MEC-CAPES/MS-DECIT nº 14/2016 – Prevenção e Combate ao vírus Zika, constatou-se que, no que diz respeito ao gênero, 61,8% dos coordenadores são do gênero masculino, enquanto 38,2% são do gênero feminino.

As pesquisas científicas foram coordenadas por docentes de Instituições de Ensino Superior ou por pesquisadores de Institutos de Ciência e Tecnologia. Com relação ao cargo institucional dos responsáveis pela execução dos projetos, aferiu-se que 19% dos coordenadores possuíam o vínculo de Professor Adjunto, 21% de Professor Associado, 41% de Professor Titular e 19% de Pesquisador.

Ademais, verificou-se que a maioria dos coordenadores recebeu algum nível de Bolsa de Produtividade em Pesquisa do CNPq ao longo da vigência dos projetos. Cabe inferir que referida modalidade de bolsa é concedida apenas a pesquisadores que possuam produção científica, tecnológica e de inovação de destaque em suas respectivas áreas do conhecimento. Trata-se de um reconhecimento ao trabalho dos pesquisadores e um incentivo ao aumento de sua produção científica (CNPq, 2020). Conforme disposto na Figura 1, 20,6% dos coordenadores são bolsistas PQ-1A; 13,2% são bolsistas PQ-1B; 13,2% são bolsistas PQ-1C; 10,3% são bolsistas PQ-1D; 14,7% são bolsistas PQ-2; 1,5% são bolsistas PQ Sênior e 26,5% não possuem bolsa PQ (no período avaliado). Os referidos dados indicam que as pesquisas estão sendo desenvolvidas por pesquisadores de reconhecida notabilidade, haja vista que, sem exceção, se tratam de docentes do

magistério superior de universidades brasileiras ou pesquisadores de institutos de pesquisa que, em sua maioria, recebeu alguma modalidade de Bolsa Pesquisador do CNPq ao longo da vigência dos projetos.

Figura 1 – Quantidade e Porcentagem de Bolsas de Produtividade em Pesquisa recebidas pelos pesquisadores



Fonte: as autoras

A partir dos dados extraídos dos currículos cadastrados na Plataforma Lattes do CNPq, analisou-se a produção científica dos coordenadores entre os anos de 2017 a 2020. Com relação às produções bibliográficas, os coordenadores publicaram 2382 artigos científicos completos em periódicos indexados. Verificou-se ainda que, foram publicados e organizados, 19 livros e 81 capítulos de livros. No que diz respeito às produções científicas em anais de congresso, pode-se observar 60 publicações de trabalhos completos, 37 publicações em resumos expandidos e 336 publicações de resumos (Tabela 1). Observa-se, portanto, uma elevada produtividade dos pesquisadores no decorrer dos quatro anos iniciais de execução dos projetos de pesquisa, especialmente no que se refere à produção de artigos científicos. Cabe ressaltar, no entanto, que é provável que parte dessas produções possa estar relacionada a outros temas, haja vista que os pesquisadores brasileiros, em sua maioria, são também docentes universitários e estão envolvidos concomitantemente em mais de um projeto de pesquisa científica.

Tabela 1 – Produção Bibliográfica dos Coordenadores das Pesquisas Científicas

Produção Bibliográfica	Total
Artigos completos publicados em periódicos	2382
Livros publicados, organizados ou edições	19
Capítulos de livros publicados	87
Trabalhos completos publicados em anais de congressos	60
Resumos expandidos publicados em anais de congressos	37
Resumos publicados em anais de congressos	336
TOTAL	2955

Fonte: as autoras

Ademais, os coordenadores, neste período, orientaram discentes de pós-graduação *stricto sensu* e supervisionaram pesquisadores em Estágio Pós-Doutoral. Averiguou-se a orientação de 103 dissertações de mestrado em andamento e de 228 dissertações concluídas, a orientação de 217 teses de doutorado em andamento e de 235 teses concluídas, além da supervisão de 86 estágios de pós-doutorado em andamento e 134 concluídos.

Outro aspecto importante a ser observado se trata do depósito de patentes junto ao INPI pelos coordenadores ao longo do andamento das pesquisas. Verificou-se que entre 2017 a 2020 foram depositadas 26 patentes cujos inventores eram sete pesquisadores apoiados pela Chamada Pública.

Quanto à categoria administrativa das instituições de execução dos projetos, foi apurado que 97,1% das instituições eram públicas enquanto 2,9% eram classificadas como privadas comunitárias. Cabe destacar que as pesquisas foram executadas nas cinco macrorregiões geográficas do Brasil, sendo que a região Sudeste desenvolveu 57,3% dos projetos, a região Nordeste 29,4%, a região Sul 7,3% e as regiões Centro-Oeste e Norte 3% cada. Apesar do ápice da epidemia do Zika vírus ter acometido especialmente a região Nordeste do Brasil, o desenvolvimento da maioria das pesquisas no âmbito da Chamada Pública se centrou na região Sudeste onde se concentra o maior financiamento em Ciência e Tecnologia do Brasil, além do maior percentual de programas de pós-graduação considerados de excelência, ou seja, que possuem notas 6 e 7 na última Avaliação Quadrienal da CAPES (SILVA; AZEVEDO FILHO; HORA, 2019; CAPES, 2021a).

Além disso, constatou-se que as atividades científicas e tecnológicas foram executadas em 34 Instituições de Ensino Superior e Institutos de Ciência e Tecnologia ou Centros de Pesquisa. No entanto, mais da metade (63,2%) das pesquisas foram desenvolvidas em apenas nove instituições: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Fundação Oswaldo Cruz, Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade de São Paulo, Universidade Federal de Pernambuco, Instituto de Medicina Integral Professor Fernando Figueira, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho e Universidade Federal da Bahia, como pode ser observado na Tabela 2. Os outros projetos de pesquisa foram executados nas 25 instituições dispostas a seguir: Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais, Coordenadoria de Controle de Doenças da Secretaria do Estado de Saúde de São Paulo, Fundação Oswaldo Cruz – Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz – Centro de Pesquisas Gonçalo Moniz, Fundação Oswaldo Cruz – Centro de

Pesquisas Leônidas e Maria Deane, Fundação Oswaldo Cruz – Centro de Pesquisas René Rachou, Instituto Adolfo Lutz, Instituto Biológico, Instituto Evaldo Chagas, Universidade de Brasília, Universidade de Caxias do Sul, Universidade Estadual da Paraíba, Universidade Estadual de Campinas, Universidade Estadual de Maringá, Universidade Estadual do Ceará, Universidade Federal de Alagoas, Universidade Federal do Ceará, Universidade Federal de Goiás, Universidade Federal de Uberlândia, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Universidade Federal do Maranhão, Universidade Federal do Paraná, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Universidade Federal Fluminense e Universidade Feevale. Esses dados corroboram com o estudo de Cross, Thomson e Sinclair (2018) que concluiu que a maioria das publicações científicas brasileiras desenvolvidas entre 2011 e 2016 é resultado de pesquisas científicas desenvolvidas nas universidades do país.

Tabela 2 – Projetos de Pesquisa Executados por Instituição e distribuídos por macrorregião geográfica

Macrorregião	Instituição	Quantidade
Norte	Fundação Oswaldo Cruz – Centro de Pesquisas Leônidas e Maria Deane – FIOCRUZ/CPQLMD	1
	Instituto Evaldo Chagas – IEL	1
Nordeste	Fundação Oswaldo Cruz – Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães – FIOCRUZ/CPqAM	1
	Fundação Oswaldo Cruz – Centro de Pesquisas Gonçalo Moniz – FIOCRUZ/CPqGM	1
	Instituto de Medicina Integral Professor Fernando Figueira – IMIP	3
	Universidade Estadual da Paraíba – UEPB	1
	Universidade Estadual do Ceará – UECE	1
	Universidade Federal da Bahia – UFBA	2
	Universidade Federal de Alagoas – UFAL	1
	Universidade Federal do Ceará – UFC	1
	Universidade Federal de Pernambuco – UFPE	5
	Universidade Federal do Maranhão – UFMA	1
	Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN	3
Sudeste	Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais – CNPEM	1
	Coordenadoria de Controle de Doenças da Secretaria de Estado de Saúde de São Paulo – CCD/SES	1
	Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ	7
	Fundação Oswaldo Cruz – Centro de Pesquisas René Rachou – FIOCRUZ/CPqRR	1
	Instituto Adolfo Lutz – IAL	1
	Instituto Biológico – IB	1
	Universidade de São Paulo – USP	5
	Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP	1
	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP	2
	Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG	7
	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO	1
Sul	Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ	9
	Universidade Federal de Uberlândia – UFU	1
	Universidade Federal Fluminense – UFF	1
	Universidade de Caxias do Sul – UCS	1
	Universidade Estadual de Maringá – UEM	1

	Universidade Federal do Paraná – UFPR	1
	Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS	1
	Universidade Feevale – Feevale	1
Centro-Oeste	Universidade de Brasília – UnB	1
	Universidade Federal de Goiás – UFG	1
TOTAL		68

Fonte: as autoras

Com relação às grandes áreas de avaliação da CAPES, ressalta-se que 47,1% das pesquisas pertencem à grande área de Ciências Biológicas, 41,2% às Ciências da Saúde, 4,4% à área Multidisciplinar, 2,9% às Ciências Sociais Aplicadas, 2,9% às Engenharias e 1,5% às Ciências Humanas. No que concerne às áreas do conhecimento, que se trata de uma subdivisão das grandes áreas de avaliação da CAPES, verificou-se que 29,4% das pesquisas se vinculavam à Saúde Coletiva, 11,7% à Microbiologia, 8,8% à Medicina, 8,8% à Parasitologia, 7,3% à Genética, 7,36% à Imunologia, 4,41% à Biotecnologia, 2,94% à Farmácia, 1,5% à Antropologia, 1,5% às Ciências da Informação, 1,47% à Engenharia Química, 1,5% à Farmacologia, 1,5% à Fisiologia, 1,5% à Microeletrônica, 1,5% à Morfologia e 1,5% ao Planejamento Urbano (Tabela 3). Deste modo, apesar de a maior parte das pesquisas estarem relacionadas às áreas das Ciências Biológicas e das Ciências da Saúde, como já era esperado, verificou-se o andamento de pesquisas de outras áreas do conhecimento o que pode apontar para uma diversidade de produtos e resultados.

Tabela 3 – Projetos de Pesquisa divididos por Grande Área de Avaliação da CAPES e Área do Conhecimento

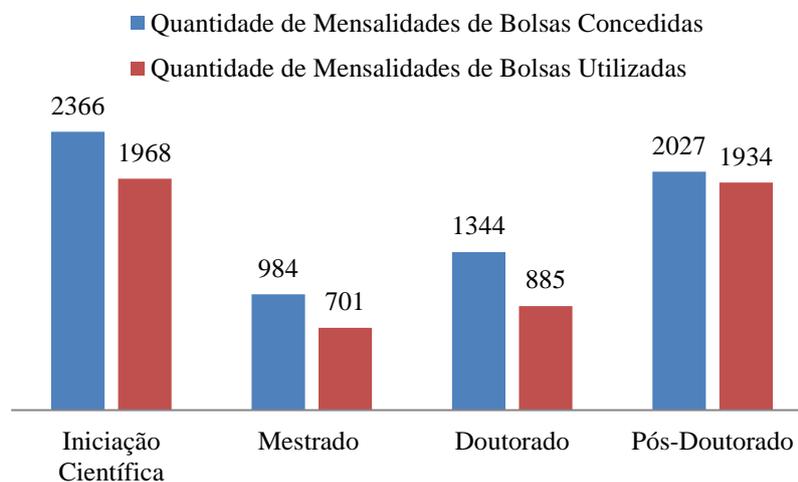
Grande Área de Avaliação da CAPES	Área do Conhecimento	Total	%
Ciências Biológicas	Bioquímica	5	7,3%
	Farmacologia	1	1,5%
	Fisiologia	1	1,5%
	Genética	5	7,3%
	Imunologia	5	7,3%
	Microbiologia	8	11,7%
	Morfologia	1	1,5%
	Parasitologia	6	8,8%
Ciências da Saúde	Farmácia	2	3,0%
	Medicina	6	8,8%
	Saúde Coletiva	20	29,4%
Ciências Humanas	Antropologia	1	1,5%
Ciências Sociais Aplicadas	Ciências da Informação	1	1,5%
	Planejamento Urbano	1	1,5%
Engenharias	Engenharia Química	1	1,5%
	Microeletrônica	1	1,5%
Multidisciplinar	Biotecnologia	3	4,4%
TOTAL		68	100%

Fonte: as autoras

Cabe mencionar que os projetos de pesquisa receberam bolsas de estudo visando à formação de recursos humanos de alto nível. Ao total, houve a concessão de 2366

mensalidades de bolsa de iniciação científica, 984 mensalidades de bolsa de mestrado, 1344 mensalidades de bolsa de doutorado e 2027 mensalidades de bolsa de pós-doutorado aos coordenadores dos projetos de pesquisa que eram os responsáveis pelo cadastramento e pelo acompanhamento dos bolsistas. No entanto, verificou-se que 83,1% (1968) das mensalidades concedidas de bolsa de iniciação científica, 71,2% (701) das mensalidades de mestrado, 65,8% (885) das mensalidades de doutorado e 95,4% (1934) das mensalidades de pós-doutorado das bolsas implementadas pela CAPES entre dezembro de 2016 e dezembro de 2020 (Figura 2). Percebeu-se uma utilização maior das bolsas de iniciação científica e de pós-doutorado ao longo do desenvolvimento das pesquisas do que de bolsas de mestrado e doutorado acadêmicos.

Figura 2 – Mensalidades Concedidas e Utilizadas de Bolsas de Estudo de Formação de Recursos Humanos



Fonte: as autoras

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou apresentar uma caracterização dos projetos de pesquisa e dos pesquisadores financiados pela Chamada Pública MCTIC/FNDCT-CNPq/MEC-CAPES/MS-DECIT n° 14/2016 voltada à Prevenção e ao Combate ao vírus Zika que se trata de uma política pública interministerial que visa, a partir do desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação, promover a formulação de ações voltadas para a melhoria das condições de saúde da população brasileira com foco especial na prevenção, diagnóstico e tratamento da infecção pelo vírus Zika e doenças correlacionadas.

Os dados apresentados indicam que as pesquisas foram desenvolvidas por pesquisadores de reconhecida notabilidade e produtividade científica. No entanto, um aspecto que merece atenção é o acentuado financiamento de pesquisas executadas por instituições localizadas no Sudeste do país o que releva uma assimetria na concessão de

recursos destinados ao fomento da pesquisa e à formação de pesquisadores no âmbito da Chamada Pública.

Percebe-se que nos últimos anos as agências de fomento científicas federais têm investido em pesquisas que resultem em soluções científicas para as emergências que acometem o país (CAPES, 2021b). Diante desse contexto, é pertinente que as características relacionadas aos projetos de pesquisas desenvolvidos no âmbito da Chamada Pública sejam divulgadas a fim de que haja um maior conhecimento acerca das pesquisas de forma a estimular uma política científica de investimento voltada à prevenção de outras doenças e epidemias.

Cabe destacar que até a data submissão do artigo uma considerável quantidade dos coordenadores não finalizou as suas pesquisas. Assim, embora as características e os números apresentados indiquem um possível êxito da Chamada Pública, os dados relativos ao desenvolvimento e aos resultados das pesquisas estão sendo trabalhados e aprofundados.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a CAPES que apoiou essa pesquisa mediante a disponibilização de documentos extraídos de sua base de dados.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria n 1.813, de 11 de novembro de 2015. Brasília, 2015. Declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) por alteração do padrão de ocorrência de microcefalias no Brasil. Diário Oficial da União: seção 1, n. 2016, p. 51, 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretária de Vigilância em Saúde. Vírus Zika no Brasil: a resposta do SUS. 1ª Ed. Brasília, 2017.

CAPES. Prevenção e Combate ao Vírus Zika. Portal CAPES. 2016. Disponível em: <<https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/bolsas/programas-estrategicos/programas-emergenciais/prevencao-e-combate-ao-virus-zika>>. Acesso em 17 abr. 2021.

CAPES. Plataforma Sucupira. Portal Plataforma Sucupira. 2021a. Disponível em: <<https://sucupira.capes.gov.br>>. Acesso em: 17 fev. 2021.

CAPES. Programas Emergenciais. Portal CAPES. 2021b. Disponível em: <<https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/bolsas/programas-estrategicos/programas-emergenciais>>. Acesso em: 20 fev. 2021;

CNPq. Chamada Pública MCTIC/FNDCT-CNPq/MEC-CAPES/MS-DECIT n° 14/2016. Portal CNPq. 2016. Disponível em: <cnpq.br>. Acesso em: 02 fev. 2021.

CNPq. Chamada CNPq n° 09/2020 – Bolsas de Produtividade em Pesquisa. Portal CNPq. 2020. Disponível em: <cnpq.br>. Acesso em 17 fev. 2021.

CROSS, D.; THOMPSON, S.; SINCLAIR, A. *Research in Brazil: A report for CAPES by Clarivate Analytics*. Clarivate Analytics, 2018. Disponível em: <<https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/17012018-capes-incitesreport-final-pdf>>. Acesso em: 09 abr. 2021.

GARCIA L. P. Epidemias do vírus Zika e Microcefalia no Brasil: emergência, evolução e enfrentamento. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Rio de Janeiro: 2018.

MUSSO, D.; ALBERT, K.; BAUD, D. Zika Virus Infection – After the Pandemic. *The New England Journal of Medicine*, v. 381, p. 1444-1457, 2019.

OLIVEIRA, J. F.; PESCARINI, J. M.; RODRIGUES, M. S.; ALMEIDA, B. A.; HENRIQUES, C. M. P.; GOUVEIA F. C. et al. The global scientific research response to the public health emergency of Zika virus infection. *PLoS ONE*, v. 15, n. 3, 2020.

SILVA, L. L. S.; AZEVEDO FILHO, E. D.; HORA, H. R. M. Financiamento de Ciência e Tecnologia: Uma análise sobre a Região Sudeste. *Revista Cadernos de Desenvolvimento Fluminense*, v. 17, 2019.

WADDELL, L. A.; GREIG, J. D. Scoping Review of the Zika Virus Literature. *PLoS ONE*, v. 11, n. 5, 2016.